



RENATO DRUMMOND NETO

Rainhas Trágicas

Quinze mulheres
que moldaram
o destino da Europa

m o g a i s

*Em memória de Eurydice Ribeiro Tapioca
(vovó Dcinha)*

ÍNDICE

Introdução		9
1	O modelo de retidão e o exemplo de transgressão: Isabel de York e Margarida de Valois	23
2	A difícil subida ao trono: Isabel I de Castela e Vitória I do Reino Unido	45
3	A «loucura» das rainhas: Joana I de Castela e Maria I de Portugal	69
4	A rainha plebeia: Ana Bolena	89
5	Duas irmãs, uma coroa: Maria I e Elizabeth I de Inglaterra	127
6	A soberana romântica: Mary Stuart, rainha da Escócia	157
7	A dama de ferro de França: Catarina de Médici	189
8	A rainha do rococó: Maria Antonieta de Habsburgo-Lorena	215
9	A rainha da intriga: Carlota Joaquina de Bourbon	255
10	Tragédia imperial: Leopoldina; Pedro e Amélia	275
Conclusão	O poder feminino	315
Anexos	A exumação de Ana Bolena	327
	As representações mediáticas de Mary Stuart no século XXI	333
	Julgamento e morte de Maria Antonieta	339
Agradecimentos		355
Notas Finais		359

Introdução

Era ainda cedo quando a jovem princesa despertou do sono, com a luz do Sol a atravessar as janelas e a atingi-la no rosto. Tendo adormecido por entre muitas preocupações, não podia deixar de se perguntar o que o futuro lhe reservava. Aquele seria o grande dia da sua vida e tudo dependia de si. Lentamente, levantou-se da cama, enquanto o alvoroço das criadas lhe aumentava o estado de tensão. Desde que chegara à nova corte, não havia tido sequer um momento de privacidade e, agora, todos pareciam estar a enlouquecer à sua volta. Afinal, volvidas algumas horas, a jovem atravessaria a nave da igreja rumo ao altar, onde encontraria o seu destino. Como uma boneca, foi vestida pelas aias, maquilhada, penteada e perfumada. Depois de pronta a noiva contemplou o seu reflexo no espelho e foi forçada a admitir que não era uma mulher bonita. Assim que o marido tivesse oportunidade, arranjará uma amante, pois, ao contrário dos contos de fadas, com as suas histórias de belos príncipes

e princesas que viveram felizes para sempre, a realidade era muito pouco encantadora. O casamento fora arranjado por questões políticas, para selar uma aliança entre dois reinos através do matrimónio. Nesse negócio, os noivos nada mais eram do que peões, sacrificados em prol da diplomacia intercontinental.

Com graça e resignação, a princesa avançou em direção ao seu futuro marido, o herdeiro do trono, um jovem bastante apático. Ao lado dele estava o rei e o bispo que iria presidir à cerimónia. Pouco depois, o novo casal foi conduzido para o leito nupcial por toda a corte. Despidos diante de todos, foram, então, abençoados pela autoridade religiosa e deixados a sós para consumarem a união. As cortinas do dossel da cama foram fechadas, fazendo cair a escuridão. Na manhã seguinte, a vida que a princesa tivera na casa dos seus pais, a sua infância dourada, os seus irmãos e amigos haviam ficado definitivamente para trás. Ao sentar-se novamente diante do espelho, viu diante de si a imagem de uma nova mulher. Em apenas um dia a sua condição mudara drasticamente e, com o novo *status*, novas preocupações. «E se eu falhar com o país, os meus pais e o meu marido?»; «O que farei se não conseguir gerar um herdeiro varão para o trono?»; «Serei enviada, em desgraça, de volta para casa?»; Tantas perguntas e nenhuma resposta...! Aliadas às incertezas do futuro, vinham as suas novas obrigações: deveria ser um modelo de virtude e retidão para todas as mulheres do reino, uma vez que os seus atos se repercutiam diretamente na pessoa do marido. A mínima falha e o mínimo deslize seriam observados. A sua figura estaria exposta tanto à apreciação quanto ao vitupério.

Ainda olhando para o espelho, com todos esses pensamentos a passarem pela sua cabeça, a princesa começou a chorar. «Como poderei ser feliz, deste modo?» Mas a felicidade era algo com que não podia contar. Daquele momento em diante, o mundo à sua volta seria um teatro no qual o drama da sua vida seria continuamente encenado. De repente, surgiu uma ideia na mente da jovem: deveria ser a protagonista da sua própria peça, e não mera coadjuvante, pois

um dia a coroa iria cingir-lhe-ia a frente e, então, todos estariam a seus pés. Perante essa conclusão, as lágrimas cessaram e um sorriso tímido surgiu nos lábios da mulher refletida no espelho. «Sim, serei rainha e, como tal, pretendo mostrar do que sou capaz!» Confiante nessa certeza, esperou que as criadas entrassem novamente no quarto e a vestissem para a missa e para o pequeno-almoço. De jovem tímida, em alguns minutos, transformou-se em atriz consumada, disposta a jogar o jogo da corte com apenas um objetivo: ser uma vencedora. Assim, a princesa transpôs as portas do quarto, disposta a transgredir a ordem e a lutar pelo poder com as armas de que dispunha.

A situação descrita nos três parágrafos anteriores, apesar de romanceada pelo autor, pode ilustrar perfeitamente o estado de espírito de várias princesas europeias que, ao longo dos séculos, contraíram casamento com príncipes estrangeiros para cimentar uma aliança diplomática entre dois reinos. Educadas desde pequenas para representarem o seu país de origem numa corte distinta, poucas foram as que tiveram a sorte (ou o azar) de casar com um homem da sua escolha. Uma vez rainhas, deveriam zelar pela reputação do governo através de atos que engrandecessem a imagem dos reis, como a caridade e o patrocínio de instituições. A figura bíblica de Maria, virgem e mãe ao mesmo tempo, deveria ser, portanto, o ideal máximo de uma soberana. A sua principal tarefa, contudo, era gerar uma prole de herdeiros saudáveis para o trono, assegurando, deste modo, a continuidade da dinastia. Se falhasse nesse requisito, estaria a colocar a sua posição em grande perigo. Não obstante, uma conduta recatada e virtuosa era essencial para que qualquer dúvida quanto à legitimidade da prole fosse dissipada, pois a mancha do adultério poderia ser suficiente para condenar uma rainha à morte.

Esse modelo de retidão feminina foi seguido à risca por muitas rainhas consortes ao longo da História, como Isabel de York, esposa do rei Henrique VII de Inglaterra. Porém, com a passagem para a Idade Moderna, período que este livro pretende abarcar, começou

a observar-se uma alteração no comportamento das soberanas. A virgem continuava a ser o ideal inalcançável, embora uma nova postura, mais liberal, começasse a ser adotada por algumas delas. Vivendo em diferentes épocas, mulheres como Ana Bolena, Margarida de Valois, Maria Antonieta e Carlota Joaquina romperam com os padrões de submissão feminina e aproveitaram a sua posição para lutar por aquilo que queriam. As consequências dos seus atos transgressores deixaram uma marca na História, transformando essas rainhas em personalidades irresistíveis do imaginário popular. A mistura de poder e tragédia que liga a vida destas soberanas oferece ao leitor uma combinação perigosa e, ao mesmo tempo, apaixonante. No século XXI, transformaram-se em exemplos de força e coragem, apesar dos estereótipos ligados às suas personalidades, construídos através dos anos por uma tradição conservadora que via a mulher pública como algo ridículo.

O lugar das mulheres no espaço público é um assunto bastante problemático, principalmente no mundo ocidental. Contudo, a recente investigação feminista muito tem contribuído para uma reavaliação do poder feminino ao longo da História. Vistas durante muito tempo como incapazes, as mulheres que pretendessem seguir uma vida pública eram, na maioria das vezes, alvo de chacota para a sociedade. Na Grécia antiga, o próprio Pitágoras dizia que «uma mulher em público está sempre deslocada»¹. Essa visão foi cimentada ao longo dos séculos, tendo como base a história de personalidades femininas que se intrometeram em assuntos que, *a priori*, não lhes diziam respeito, como, por exemplo, a política. Nesse caso, o discurso antagonista procurou personagens consideradas, no passado, péssimas governantes, tais como Catarina de Médici ou Maria I de Inglaterra, com o intuito de alimentar a crença de que a esfera pública e o sexo feminino eram dois domínios que não combinavam. Para Michelle Perrot, «essas representações, esses medos, atravessaram a tessitura do tempo e enraizaram-se num pensamento simbólico da diferença entre os sexos»².

Com efeito, na primeira Epístola de Paulo a Timóteo (2, 12–14) está escrito que «As mulheres aprendam em silêncio e com toda a humildade. Não lhes permito que ensinem nem dêem ordens aos homens, mas devem ficar em silêncio. Primeiro foi criado Adão e só depois Eva, e quem caiu na tentação não foi Adão. A mulher é que foi tentada e cometeu a transgressão.». Aquelas que quebrassem a ordem natural das coisas eram, portanto, uma espécie de abominação para os países cristãos, dando, assim, margem a todo o tipo de acusação, inclusivamente de bruxaria, como no caso de Ana Bolena, que por muitos anos permaneceu como um exemplo a não ser seguido. A sua morte brutal serviu de lição para aquelas que ambicionavam algo maior do que lhes era permitido, como, mais tarde, provaram a sua prima, Catarina Howard, Mary Stuart, rainha da Escócia e, quase três séculos mais tarde, Maria Antonieta, rainha de França. Todas essas mulheres pagaram, com a própria vida, por crimes que, supostamente, tinham cometido, resultado de uma conduta duvidosa. Desse modo, a herança de Ana Bolena viria assombrar aquelas que transgredissem as normas sociais das respetivas épocas. Só a partir da década de 1960, quando a mulher emergiu como objeto de estudo para as Ciências Humanas, é que as rainhas tiveram os seus papéis na História reinterpretados, dando início a um processo de desconstrução de imagens que, por sua vez, ainda não terminou.

Nem santas nem demónios, as rainhas trágicas passaram a ser vistas como mulheres dotadas de virtudes e defeitos, estando mais próximas de nós do que talvez possamos imaginar. Esta é uma das maiores preocupações deste livro: analisar os perfis das soberanas aqui presentes na sua condição de seres humanos, apesar da posição que ocupavam na sociedade. Não obstante estarem no topo da pirâmide social, possuíam menos liberdade do que as mulheres do povo. A sua vida não lhes pertencia, mas ao Estado. Dessa forma, tiveram de aprender a usar as ferramentas de que dispunham para obterem maior representatividade, fosse através do uso da moda, como Maria Antonieta, ou do controlo dos filhos, como Catarina de Médici. Nas

palavras de David Loades, «a rainha que era mãe de um herdeiro varão era duplamente afortunada. Não só tinha cumprido o seu dever mais elevado, tinha também elevado a autoridade do marido a um nível incalculável, demonstrando que Deus via favoravelmente o seu governo»³. É por esse motivo que Henrique VIII batalhou tanto por um filho homem, tomando, para isso, medidas desesperadas, como romper com a Igreja e casando sucessivas vezes.

Assim, o papel primordial de uma rainha consorte era gerar sucessores para o trono do marido e submeter-se à vontade deste. Não obstante, tinha também obrigações para com o reino e os seus súbditos. Uma soberana era considerada generosa quando patrocinava instituições de caridade, movimentos artísticos e estudos científicos, uma vez que tais ações traziam maior visibilidade para o governo. Tarefas como estas deveriam ser desempenhadas com um elevado grau de seriedade, pois a sua reputação também estava em jogo e um escândalo poderia desencadear sérias crises para o regime monárquico. Se fosse bem-sucedida, ganhava mais respeito e confiança por parte do rei. Nalguns dos casos ela podia, inclusivamente, exercer funções de conselheira, ganhando respeito pela sabedoria que demonstrasse. A erudição de uma rainha consorte poderia valer-lhe muitos privilégios, até mesmo administrativos — governar de forma conjunta com o rei ou, na ausência destes, na qualidade de regentes. Nesta tipologia de soberana, podem ser destacados dois exemplos: as que eram indicadas pelos maridos para reinar enquanto estes estivessem impossibilitados de fazê-lo e as que tomavam as rédeas do governo após a morte do rei, se deixando os seus herdeiros numa idade precoce.

No primeiro caso, podemos destacar a figura da primeira imperatriz do Brasil, Maria Leopoldina de Habsburgo. Em agosto de 1822, o príncipe regente, D. Pedro de Bragança, teve de viajar para S. Paulo, a fim de apaziguar movimentos rebeldes contra a autoridade local, deixando a sua mulher encarregada dos assuntos do Estado. Leopoldina, que tinha crescido numa das cortes mais importantes da Europa (a de Viena) e tivera uma educação extremamente cuidada,

estava mais do que apta para o exercício do cargo. Ao lado do ministro José Bonifácio, confabulou a emancipação política do país dos laços de servidão que o ligavam a Portugal. Com essa medida impediu que os mesmos acontecimentos que puseram fim à monarquia francesa se estendessem à antiga colônia portuguesa. Sabe-se que o primeiro imperador do Brasil recorria com frequência aos conselhos da mulher. Porém, aos poucos, D. Leopoldina foi-se desiludindo com tudo e todos, sentindo-se abandonada numa terra cuja moral e preceitos lhe eram incomuns. Morreu afundada em dívidas, mas homenageada pelos súbditos graças ao seu caráter e solidariedade. Três anos depois, quando D. Pedro I casou com Amélia de Leuchtenberg, a ausência dos conselhos da sua primeira esposa não foi superada.

No segundo tipo de rainhas regentes, podemos citar como exemplo Marie de Guise, mãe de Mary Stuart, ou Catarina de Médici. Quando Jaime V da Escócia morreu, em 1542, tendo como herdeira apenas uma criança recém-nascida, o comando do reino passou para as mãos da rainha viúva, Marie de Guise (1515–1560). Enquanto Mary Stuart, a única filha legítima de Jaime, fosse menor de idade, ficaria sob a tutela da mãe. Porém, um dos maiores dilemas do governo escocês era representado por Inglaterra, que estava de olho no país vizinho. Henrique VIII planeava casar o príncipe de Gales, o seu filho Eduardo, com a jovem Mary e, assim, governar no lugar da sobrinha. Mas, sendo Marie francesa, as suas pretensões estavam, naturalmente, inclinadas para encontrar partido para a filha na casa dos Valois, onde conseguiria maior apoio para o governo regencial. Ao mesmo tempo, a sua atuação política foi sendo marcada por vários levantamentos populares e, por pouco, não perdeu o trono da filha. Em 1547, por exemplo, os escoceses foram massacrados pelos ingleses na batalha de Pinkie. Para proteger a filha, a rainha-mãe enviou-a para França a fim de desposar o herdeiro do trono, Francisco, e receber uma educação apropriada.

Com efeito, Marie de Guise era uma figura pouco querida pelos escoceses e as suas medidas frustradas só serviram para comprovar,

na mente dos súbditos, que estava a ocupar um papel para o qual não nascera. Situação análoga aconteceu com Catarina de Médici (1519–1589), sobrinha do papa Clemente VII. Dada em casamento ao filho do rei Francisco I de França, futuro Henrique II, durante alguns anos não conseguiu cumprir a sua principal tarefa: engravidar. Mas, assim que teve o primeiro rebento, inúmeros outros se seguiram. Catarina, por sua vez, tinha de partilhar o marido com a amante deste, Diana de Poitiers, que exercia muito mais influência política do que a rainha. Contudo, o ano de 1560 mudou a ordem das coisas: tanto o rei como o primogénito do casal, Francisco II, morreram, deixando como sucessor do trono francês o muito jovem Carlos IX. Na qualidade de regente do reino, Catarina expulsou da corte todos os seus desafetos e promoveu muitas famílias ao favor real. O período em que atuou politicamente foi perturbado por conflitos com os protestantes huguenotes, que a responsabilizaram pelas diversas mortes no episódio que ficou conhecido como a «Noite de S. Bartolomeu» (23 e 24 de agosto de 1572). Quando Carlos IX morreu, em 1574, e o irmão, Henrique III, lhe sucedeu, Catarina de Médici perdeu muita da sua força política, apesar de continuar a empreender grandes obras para o reino.

Os exemplos de Marie de Guise e Catarina de Médici serviram para sustentar a crença de que as mulheres não haviam sido feitas para o papel de liderança. Durante muitos anos, a noção de inferioridade da mulher esteve ligada à crença na superioridade do homem, um ser a quem elas deveriam recorrer em busca de proteção. Ao longo dos séculos, o elemento masculino representou o aspeto dominante na política mundial, enquanto que o outro sexo deveria, simplesmente, viver por e para ele, esquecendo-se de si mesmas. Em França, pela lei sálica que data do século XIV, uma princesa jamais herdaria a coroa do pai, sendo esta passada diretamente para o parente do sexo masculino mais próximo, aquele que, pelo sangue, tinha o direito de ocupar tal cargo. Já noutras monarquias, como as de Inglaterra, Portugal e Espanha, uma mulher subia ao trono quando

o rei não tinha filhos homens e/ou herdeiros do sexo masculino. Chegamos aqui ao terceiro e último tipo de soberanas abordadas neste livro: as rainhas reinantes. Quando uma soberana subia ao trono, era acompanhada pelo receio da corte de que ela, tendo dificuldade, como mulher, em separar as suas paixões dos seus deveres para com o reino, misturasse o coração com a razão.

No contexto europeu temos, como exemplo, duas rainhas reinantes que se deixaram levar pela paixão e arriscaram a segurança do reino: Maria I de Inglaterra e Mary Stuart da Escócia. No primeiro caso, a filha de Henrique VIII e Catarina de Aragão enfrentou muitos desafios para obter o cetro e a coroa. Em 1553, o seu meio-irmão, Eduardo VI, pouco antes de falecer, tentou excluí-la da linha sucessória por ela ser uma católica convicta. Porém, com a ajuda do povo, ela conseguiu reconquistar a sua herança. Infelizmente, Maria I escolheu alguém não muito bem visto pelos ingleses para marido: Felipe II de Espanha. A necessidade de agradar ao esposo fez a rainha tomar medidas consideradas arbitrárias e que fragilizaram o reino em inúmeros aspetos. Não obstante, as suas tentativas de reinstaurar o catolicismo no país, com a consequente instalação dos autos de fé, valeram-lhe o epíteto de *a Sanguinária*, algo com que muitos historiadores não concordam.

Caso análogo ao de Maria I de Inglaterra é o da sua prima, Mary Stuart. Ao regressar à Escócia, depois de vários anos em França, era uma rainha praticamente estrangeira para os seus súbditos. Num reino dividido por fações e clãs, Mary precisava constantemente de recorrer ao exército para defender a sua autoridade, saindo vitoriosa das suas primeiras batalhas. Porém, a escolha do seu primo como marido, lorde Darnley, um rapaz fútil e inconsequente, não agradou à população e o posterior assassinato do mesmo envolveu-a numa série de jogos e intrigas que levaram à sua acusação de conspiração para a morte do rei, com o intuito de se casar com o assassino dele. Os escoceses perderam o total respeito pela sua rainha e afastaram-na do poder em detrimento do seu

filho com um ano, Jaime VI, da Escócia, e posteriormente Jaime I de Inglaterra.

A escolha do consorte real não deveria ser uma decisão tomada de acordo com os interesses pessoais, mas seguindo as necessidades do reino. Uma rainha reinante encontrava-se numa difícil encruzilhada ao escolher um pretendente, pois, de acordo com a mentalidade cristã, a esposa estava subordinada aos desejos do marido, que nem sempre estavam em linha com o rumo do reino. Por esse motivo, muitos súbditos não suportavam a ideia de ter como rei um nobre estrangeiro, alheio às necessidades políticas da população. No entanto, os resultados dessa escolha nem sempre eram desastrosos, como o provou a união de Isabel I de Castela e de Fernando II de Aragão. Para subir ao poder, Isabel teve de lutar contra a suposta filha do seu meio-irmão, Henrique IV. Enquanto Joana tinha o apoio de Portugal, Isabel encontrava-se numa posição muito mais complicada, uma vez que as elites de Castela estavam divididas. No entanto, com a ajuda do reino vizinho de Aragão, conseguiu o apoio dos nobres e conquistou a coroa.

Isabel e Fernando formaram uma das duplas militares mais famosas da História. Não só financiaram as viagens de Cristóvão Colombo, como também unificaram o território espanhol, expulsando os mouros da região de Granada. Isabel assumiu com competência as suas obrigações de soberana e esposa, dando ao seu marido uma prole de cinco filhos saudáveis, entre eles a futura Joana I de Castela. A terceira filha dos *Reis Católicos*, enquanto princesa, foi dada em casamento ao arquiduque Felipe de Habsburgo, filho do imperador Maximiliano. Com a morte da mãe, em 1504, foi proclamada rainha de Castela e o seu marido, rei consorte. Sabia-se que Joana era uma mulher muito ciumenta e alguns dos seus opositores utilizaram esse facto para classificá-la de «louca». Quando Felipe morreu, Joana foi declarada incapacitada para governar e levada para o castelo de Tordesilhas. A coroa passou para o seu filho varão, o príncipe Carlos, futuro imperador Carlos V. A regência do reino, por sua vez, ficou à responsabilidade do rei Fernando II de Aragão, avô do menino.

A figura de Joana, assim como a de D. Maria I de Portugal, de quem se diz ter também enlouquecido após a morte do marido, foi fortemente estereotipada pela historiografia tradicional. Atualmente, tem-se observado um maior interesse por parte dos investigadores em desconstruir a aura de loucura com que muitos as classificaram. Entretanto, podemos recolher ainda exemplos de algumas rainhas que permaneceram solteiras e cujas medidas políticas se tornaram muito mais notórias do que os feitos de outros reis. A que possivelmente melhor representa essa afirmação é Isabel I de Inglaterra, conhecida por títulos enaltecedores como *Glorianna*. Enquanto ainda era jovem, Isabel teve péssimos exemplos de casamentos na sua vida, como os do seu próprio pai, que se divorciou de duas esposas e mandou decapitar outras duas, entre elas a mãe da própria rainha. Pouco tempo depois viu a sua irmã Maria I sucumbir diante dos caprichos do marido, assim como observou a sua prima Mary Stuart tomar decisões precipitadas por causa de casamentos desditosos.

De acordo com a crendice popular, foi por ter assistido a tantos matrimónios que terminaram em tragédia que Elizabeth decidiu não casar. Todavia, decisões políticas também moldavam as pretensões da rainha: de facto, ela não queria dividir o seu poder com um homem. Em criança recebera uma boa educação e passara por diversas provações durante a juventude. Essas experiências, a par de uma mente erudita, moldaram o carácter da rainha, dotando-a com força e destreza perante as dificuldades que o destino lhe pôs no caminho. Patrona das artes e da cultura, credita-se a Isabel a introdução do Renascimento em Inglaterra, que produziu nomes ilustres como William Shakespeare. O seu reinado durou, aproximadamente, 45 anos e ficou conhecido como a «idade de ouro» da monarquia inglesa, despojada do seu poder absolutista com a revolução gloriosa de 1688–89.

Outra soberana inglesa que merece destaque, apesar de não ter gozado da mesma plenitude de poderes que Isabel I, é a rainha Vitória. Quando ficou evidente que era a herdeira do trono, a jovem princesa tornou-se, praticamente, prisioneira em sua própria casa, sem

contacto com as demais adversidades do mundo. Quando herdou a coroa, em 1837, era uma jovem mal preparada. Mas, ao contrário de Maria I ou de Mary Stuart, soube escolher acertadamente o seu consorte. O príncipe Albert de Saxe-Coburgo-Gota, apesar de não receber a coroa matrimonial, atuou ativamente ao lado de Vitória e com ela teve nove filhos. Foi no seu reinado que a Inglaterra deu andamento ao imperialismo na Índia e em partes de África. A sua época foi fortemente marcada pelo Romantismo, tanto na literatura como nas demais formas de arte. A chamada «era vitoriana» lançou tendências que, por sua vez, se alastraram para as demais partes do globo.

O presente livro chega às mãos do leitor composto por 10 capítulos, cada um apresentando o perfil de uma soberana, seja uma rainha consorte, regente ou reinante. A intenção subjacente à obra é apresentar ao público uma análise da vida destas monarcas à luz das recentes pesquisas desenvolvidas na área da história das mulheres, contribuindo para essa desconstrução de estereótipos que, por sua vez, mancharam a representação destas figuras femininas através dos séculos. Além disso, destacamos que os factos aqui narrados não devem ser vistos isoladamente, uma vez que se relacionam entre si. Os acontecimentos abordados tiveram reflexo noutras épocas e contextos, como é o caso da Reforma Religiosa, no século XVI, ou a Revolução Francesa, no século XVIII. De Isabel de York à rainha Vitória, o papel político da soberana mudou consideravelmente e de forma gradativa. Esperamos que, através da leitura destes capítulos, o leitor identifique essa evolução no comportamento das rainhas e como elas foram rompendo com o ideal de submissão feminina e conquistando maior participação política.

A pesquisa para a obra deve muito à bibliografia selecionada, exposta no final do livro, o que poupou ao autor uma extensiva visita aos arquivos europeus e brasileiros, graças às fontes transcritas pelos autores das obras utilizadas. As informações contidas nos

capítulos podem ser verificadas nas notas acrescentadas no rodapé das páginas. As traduções e adaptações de textos, salvo indicação em contrário, são da minha responsabilidade. No final do livro foram acrescentados três capítulos em anexo, cuja finalidade é fornecer mais detalhes sobre as vidas de Ana Bolena, Mary Stuart e Maria Antonieta, as rainhas trágicas que serviram de inspiração para a criação deste trabalho. Convido agora o leitor a embarcar comigo nesta viagem, que vai do século XVI ao XIX, para desvendarmos em conjunto os temores e as felicidades de mulheres que viveram e amaram como muitos de nós mas que pagaram um preço alto pelas suas escolhas.

O modelo de retidão e o exemplo de transgressão: Isabel de York e Margarida de Valois

No antigo regime das monarquias europeias, cada membro das famílias reais tinha uma função específica. Enquanto que dos reis e príncipes se esperava que fossem um modelo de força e virilidade, requisitos necessários para compor a imagem da soberania masculina, das rainhas e princesas exigia-se um comportamento virtuoso e acima de quaisquer suspeitas, uma vez que os seus atos se refletiam diretamente na pessoa do monarca reinante. Para conservar a coroa, uma rainha consorte precisava de zelar pela sua reputação e ser um exemplo para as outras mulheres do reino. Na Inglaterra do final do século xv e início do xvi, esse padrão de retidão foi representado por Isabel de York, esposa do rei Henrique VII e mãe de Henrique VIII. Tendo crescido durante os conflitos militares que ficaram conhecidos como «A guerra das duas rosas», o casamento de Isabel cimentou uma união entre as duas fações rivais, Lancaster e York. Cerca de 70 anos após sua morte, a princesa

francesa Margarida de Valois também pôde sentir na pele os horrores da guerra, mas reagiu aos eventos de uma forma totalmente diferente da rainha inglesa, comprometendo a sua reputação com escândalos extraconjugais que contribuíram para o desprestígio da monarquia francesa e da dinastia dos Valois.

O MODELO DE RETIDÃO:

ISABEL DE YORK, A MATRIARCA DE UMA DINASTIA

Ao pensarmos na monarquia inglesa do século XVI, os nomes que mais virão à mente serão os de Henrique VIII e Elizabeth Isabel I, os dois grandes soberanos que definiram as bases da política e do pensamento nórdico europeus nas suas épocas. No entanto, através de estereótipos preconcebidos ao longo dos séculos, a historiografia acabou por eclipsar outras tantas figuras de interesse dessa fase, tais como Maria I, injustamente rotulada com o apodo de *a Sangrenta*^{*}, e *Lady Jane Grey*, conhecida por muitos como a «rainha dos nove dias». Tais nomenclaturas, por sua vez, tornaram-se tão enraizadas na cultura popular que continua a ser difícil desconstruí-las. Com efeito, outras personalidades ganharam ainda menos interesse por parte dos investigadores, como o rei Eduardo VI, coroado ainda quando tinha 9 anos, e da sua avó, Isabel de York, a única mulher na História inglesa a ser filha, sobrinha, irmã, esposa, mãe e avó de reis. Tirando este último aspeto, que ganha apenas a conotação de curiosidade, muito pouco ainda foi explorado acerca da vida dessa mulher⁴, que viveu num período de guerras e que teve um papel fundamental no destino político de Inglaterra.

Quando observamos o retrato mais famoso de Isabel de York (exposto na National Gallery Picture Library, em Londres), vemos uma mulher de pele branca como o mármore, de feições simpáticas, mas cuja beleza fica encoberta pelos seus trajes severos. Vemo-la, porém,

^{*} Para saber mais sobre Maria I de Inglaterra, ver o capítulo 3: «Duas irmãs, uma coroa: Maria I e Isabel I de Inglaterra».

não a sentimos. Parece distraída, fitando algo distante, desinteressada. Nas mãos, segura uma rosa branca, o símbolo da casa dos seus pais, tios e irmãos. Dessa mesma pintura (originalmente pensada para figurar em cartas de baralho), de autor desconhecido, muitas outras foram feitas, todas elas, porém, captando a mesma expressão de imparcialidade e desinteresse daquela dama que marcou presença no palco das lutas pelo domínio da coroa e cujo destino estava intrinsecamente ligado ao de tantas outras mulheres bem-nascidas: casar e, através dos filhos, perpetuar a dinastia do cônjuge. Sem dúvida, aos olhos do pai e da família, a função de Isabel era apenas procriar e submeter-se ao domínio dos homens.

Contudo, ela foi criada para isso e assim a sua imagética sobreviveu às várias eras que lhe sucederam. Mas será correto reduzi-la ao papel de mera reprodutora? É claro que não. Nascida a 11 de fevereiro de 1466, Isabel de York foi a primeira filha da união entre o rei Eduardo IV com a outrora plebeia Elizabeth Woodville*. Não existindo em Inglaterra uma lei sálica (que impedia a ascensão de mulheres ao trono), a exemplo da como acontecia em França, seria então a presuntiva herdeira do seu pai, enquanto não houvesse filhos varões. Contudo, ficou claro que, desde o berço, estava fadada para o mesmo destino de outras princesas, ou seja, reforçar o poder da coroa pelo casamento com algum nobre de alta posição, ou um príncipe estrangeiro. E assim, ainda em tenra idade, foi colocada no mercado matrimonial, tendo sido prometida três anos após seu nascimento a Jorge, filho de John Neville, marquês de Montague. A intenção de Eduardo ao casar a filha com o herdeiro do rival era estabelecer uma trégua entre as duas famílias. Todavia, o consórcio não duraria pois, um ano mais tarde, o marquês insurgiu-se contra a autoridade do rei, sendo derrotado por em Barnet, em 1471⁵.

Com efeito, muitos contestavam a pretensão do soberano ao trono, de modo que a rainha e os seus filhos se viam constantemente

* Utiliza-se o nome Elizabeth para referir a mãe de Isabel de York, sem recorrer à tradução portuguesa do nome, de modo a evitar possível confusão entre mãe e filha. [N. da R.]

obrigados a refugiarem-se na Torre ou em Westminster Hall, ora por algum levantamento popular, liderado por um nobre, ora quando o rei travava uma campanha militar em França, deixando a família sozinha à mercê dos inimigos. Foi o que aconteceu, por exemplo, em 1475, quando Eduardo IV embarcou para o continente, deixando em testamento Elizabeth Woodville como governadora do reino e uma pensão de dez mil coroas para o casamento da jovem Isabel. De acordo com David Loades, «não parece ter havido nenhum noivo potencial nessa altura, pelo que ela era ainda um trunfo que podia ser usado diplomaticamente, algo que Eduardo fez em Pecquingy, alguns meses depois»⁶. Ao regressar de França, Eduardo havia feito um acordo com o soberano rival, no qual a sua filha mais velha casaria com o delfim e herdeiro da coroa. A partir de então, Isabel de York passaria a ser chamada por todos como «*madame La Dauphine*»⁷.

Assim, a princesa passou por um rígido processo de preparação para o seu glorioso futuro: ensinaram-lhe a falar francês e espanhol, e, segundo consta, era uma criança extremamente inteligente e precoce, aprendendo a ler e a escrever em francês ainda em tenra idade. Entretanto, assim como em tantas coisas na vida de Isabel de York, não dispomos de registos de quem tenham sido os seus instrutores. Essa lacuna, até hoje não preenchida pela historiografia, entre outras, impede-nos de conhecer um pouco mais acerca da presença da futura matriarca da dinastia Tudor nos autos dos acontecimentos que estavam a agitar a Inglaterra naqueles anos. Por exemplo: não sabemos qual foi a sua reação ao saber que o rei de França havia rompido com o acordo de Pecquingy, depois de entrar em negociações com Maximiliano, marido de Maria de Borgonha, em Arras, privando assim a jovem princesa do seu esperado título. Certamente que terá sido uma grande decepção para ela, assim como foi para o seu pai⁸.

A morte inesperada de Eduardo IV, por sua vez, também deve ter sido outro golpe na vida de Isabel, que à época (1483) contava já 17 anos. De acordo com os laudos médicos da época, o rei viu

declarado o óbito aos 42 anos devido à sua vida desregrada, regada com muita bebedeira e sexo. Na ocasião, usaram esse argumento para a quebra do tratado de Pecquingy, o que nos parece pouco provável, dado o caráter e o comportamento sádico do referido monarca.

Encontrava-se, então, tudo pronto para a coroação do príncipe Edward*, até que o inesperado aconteceu: Ricardo, irmão mais novo do finado rei, assumiu a custódia do seu sobrinho, para desespero e pânico da família real (que se refugiou com a rainha-mãe em Westminster) e dos próprios adeptos do partido de York. «Talvez atraída por um sentimento de falsa segurança, ou talvez não tendo a força de vontade suficiente para resistir, a rainha viúva foi convencida a deixar o filho mais novo juntar-se ao irmão»⁹. A partir desse ponto, começa um dos grandes mistérios da História inglesa: o desaparecimento dos príncipes na Torre de Londres. Com efeito, o maior beneficiado com tal caso era, sem dúvida, o próprio Ricardo, coroado Ricardo III a 6 de julho desse ano, depois de ter apresentado provas de que o casamento do seu irmão Eduardo com Elizabeth não era válido.

Dessa forma, se a antiga união entre o casal nunca fora efetivada aos olhos de Deus, significava que a outrora *madame La Dauphine* nunca fora uma princesa de facto, mas sim uma bastarda. Só se pode imaginar a aflição das princesas e da sua mãe em Westminster, afastadas de tudo o que lhes era mais caro e temendo pela própria vida. Alguns anos depois, Bernard André disse que «o amor que [Isabel] tinha pelos irmãos e irmãs era algo inaudito e quase inacreditável»¹⁰. Segundo testemunhos posteriores, era uma mulher muito carinhosa e amável, características que, na opinião de Loades¹¹, não a qualificavam para governar, mas que a tornavam no exemplo perfeito de uma consorte real. Entretanto, Ricardo III não tinha intenção de fazer mal à sua cunhada e sobrinhas, tendo-se limitado a cercar o refúgio das mesmas durante um período de nove meses, até que finalmente Elizabeth Woodville se rendeu (mal sabendo o novo soberano,

* Utiliza-se «Edward» para referir o filho e «Eduardo» para referir o pai. [N. da R.]

entretanto, que a rainha viúva, ainda em cativeiro, já confabulava acerca do destino político da sua filha e da própria Inglaterra.)

Com a tomada do trono inglês por Ricardo III, o partido de York ficou dividido. Muitos responsabilizavam-no pela morte dos príncipes na Torre, o que, por sua vez, só fez fortalecer a facção dos Lancaster e do seu principal pretendente, Henrique de Richmond. Aqueles que desejavam ver o «usurpador» destronado sugeriram a Henrique que casasse com Isabel, fortalecendo assim a sua própria pretensão, visto que, agora, ela era a herdeira direta do seu pai. Entretanto, essa negociação dificilmente se teria mantido sem o apoio da rainha viúva, Elizabeth Woodville. Provavelmente, ela (ainda no cativeiro, em Westminster) trocou cartas com o seu outrora rival, onde se comprometia a apoiá-lo se, em troca, ele aceitasse a mão da sua primogénita em matrimónio. De facto, Henrique (que estava em França) jurou solenemente na catedral de Rennes, em dezembro de 1483, que quando o momento fosse propício desposaria Isabel de York. Contudo a proposta não foi, aparentemente, considerada. Naquele inverno, a filha «ilegítima» do rei¹² estava na corte a servir como aia da nova rainha, Ana Neville, de quem se dizia ser muito próxima. Todavia, Ricardo estava cada vez mais decidido a manter a sobrinha por perto, com medo de prováveis conspirações que a envolvessem.

Com efeito, outro detalhe que fica sem resposta concreta nessa presente narrativa (como quase tudo na vida de Isabel de York) será a reação da princesa à proposta de casamento com Henrique de Richmond. Com certeza que deve ter sido bem menos realista e estimulante que o consórcio com o delfim de França, mas, segundo algumas histórias românticas, é provável que os dois tenham mantido uma correspondência clandestina, mesmo após Elizabeth Woodville ter parcialmente desistido do consórcio. Porém, não sobreviveu qualquer prova que corrobore tal afirmação. Outra questão que carece de maior fundamentação consiste no rumor que se instaurou na corte após a morte de Ana Neville, afirmando que Ricardo III pretendia tomar a própria sobrinha em segundas núpcias. Entretanto,

David Loades desmente essa possibilidade ao dizer que «uma sobrinha bastarda dificilmente seria uma noiva adequada»¹³. Fala ainda esse autor que, à época, os boatos foram tão persistentes que o rei foi impelido a emitir um comunicado oficial, desmentido tal sugestão.

Enquanto isso, Isabel de York foi enviada para Sheriff Hutton (em Yorkshire), onde permaneceu durante todo o verão de 1485. Contudo, mesmo afastada da corte, não é impossível que ela estivesse ciente da vitória decisiva de Richmond sobre as tropas de Ricardo III em Bosworth, a 22 de agosto¹⁴. Após da morte do «usurpador», Henrique foi formalmente declarado rei, e, assim como outros monarcas antes dele, ordenou a prisão de todos os pretendentes ao trono, como Eduardo, conde de Warwick, e a própria Isabel. Mas, enquanto o primeiro foi enviado para a Torre, a jovem foi, uma vez mais, devolvida à custódia da mãe. Numa assembleia reunida a 7 de novembro, o parlamento pediu ao novo soberano que este honrasse seu compromisso com Isabel, «a filha do rei Eduardo IV»*. Apesar de nenhum registo formal o confirmar, é quase certo que a princesa tenha recebido o ducado de York como herança do seu pai, auferindo, portanto, os rendimentos que lhe cabiam como duquesa. Entretanto, a concessão do título à princesa não era apenas uma mera formalidade, mas antes um passo decisivo para torná-la numa potencial noiva para o rei de Inglaterra. E assim foi. Henrique respondeu positivamente à petição do parlamento e, após alguns prolongamentos, a cerimónia teve lugar em 18 de janeiro de 1486, conduzida pelo cardeal Bouchier, arcebispo de Cantuária.

Todavia, o casamento não foi seguido imediatamente pela coroação, provavelmente devido ao facto de Henrique ter questões mais urgentes para resolver, ou por ter percebido que Isabel estava grávida, uma vez que o primeiro filho do casal, Arthur, nasceu cerca de oito meses depois. Não obstante, Loades sugere ainda outra justificação para tal: «Também é possível que o rei não desejasse enfatizar as

* Ficou claro que, a partir da tomada do trono por Henrique VII, Isabel teve o seu estatuto de bastardia revogado; porém, nada foi dito quanto a ela ser a herdeira do seu pai.

credenciais reais da sua consorte nesse momento, pois, a seu ver, já o tinha feito suficientemente no casamento. Em vez disso, o rei partiu no que seria, provavelmente, uma investida difícil (e até perigosa) para norte, para o centro do apoio a Ricardo. Entretanto, a rainha retirou-se para Winchester, onde, com a mãe e as irmãs, parece ter sido hóspede da rainha-mãe, Margarida Beaufort.»¹⁵

A presença da mãe de Henrique VII é muito significativa. Na qualidade de rainha consorte, assumiu uma série de tarefas e responsabilidades que cabiam a Isabel de York. No entanto, esta soberana parece não se ter incomodado com a atuação da sogra em aspeto algum, ou, pelo menos, não dispomos de fontes credíveis para o afirmar. Sabemos, porém, que Elizabeth Woodville não era muito amiga de Margarida Beaufort, e, para que o estado de tensão entre ambas não prejudicasse Isabel, a viúva de Eduardo IV refugiou-se em Bermondsey, em 1487¹⁶.

Quando a rainha viúva faleceu, em 1492, todas as suas filhas estavam presentes no leito de morte, exceto Isabel. Conta-se que Margarida criou uma espécie de interesse possessivo pela sua nora, o que, por sua vez, pode ter ofendido a mãe desta. Entretanto, apesar da fertilidade de Isabel ter-se igualado à da sua mãe, havia diferenças quanto à saúde dos filhos. Ao nascimento de Arthur (em 19 de setembro de 1486), por exemplo, a rainha contraiu uma forte febre, mas, aparentemente, as vidas da mãe ou da criança não corriam perigo. A madrinha do batizado foi a própria Elizabeth Woodville. Porém, exceto pela chegada tardia do padrinho, o conde de Oxford, muito pouco se conhece dos detalhes desta cerimónia. Durante o verão de 1487, Henrique VII estava demasiadamente preocupado com a rebelião que terminou em Stoke, a 16 de junho. Logo depois, partiu para a Irlanda, a fim de lidar com uma multidão de insatisfeitos, liderados por Lambert Simnel. Só após regressar é que coroou formalmente a sua rainha consorte, a 26 de novembro de 1487, numa cerimónia que seguiu à risca todos os protocolos exigidos para uma ocasião tão solene como esta. De então em diante, Isabel tomou cada vez

menos parte na vida pública, dedicando-se mais aos seus assuntos particulares¹⁷.

Assim, muito pouca certeza temos ainda acerca do sustento financeiro da rainha, uma vez que os registos dessa época não são consistentes. Além do já referido ducado de York, há possibilidades de que ela tenha herdado as terras do condado de March (em Herefordshire), já que parecia ser detentora de tais propriedades pertencentes a esse património em setembro de 1486. O que corrobora essa afirmação é o facto de o parlamento ter autorizado uma recolha em benefício da rainha de todos os tipos de rendas que lhe eram devidas. Após a sua coroação foi-lhe atribuída ainda a concessão formal de uma série de terras e outras propriedades que, outora, tinham pertencido à sua mãe. Segundo David Loades, «o papel político independente de Isabel é também obscuro. Numa ocasião, um dos rendeiros de Gales apelou junto dela contra uma ação arbitrária interposta pelo tio do rei, Jasper, duque de Bedford. Em vez de passar esta queixa ao rei, como seria expectável, a rainha lidou com a situação sozinha escrevendo uma carta contundente a Jasper, que parece ter obtido o efeito desejado.»¹⁸

Como membro de destaque da casa real, a opinião da rainha não podia ser ignorada, mas como as suas táticas parecem terem sido recatadas, pouco chamou a atenção dos comentadores. Sabe-se também que exerceu alguma influência nos destinos matrimoniais das irmãs, como no caso de Cecília, que casou em novembro de 1487 como o tio ilegítimo do rei, João, visconde de Welles.

Por outro lado, não dispomos da mesma quantidade de informações sobre as atividades de Isabel. Ao que tudo indica, foi uma rainha consorte modelar, caridosa para com os pobres, porém sempre ligada à figura de Margarida Beaufort, ora como patrona das letras, ora como arauto da religião. No tocante às artes, a sua presença é ainda mais modesta: adorava o teatro, bailes de máscaras, além de ter talento para o desenho e algumas noções de arquitetura. Porém, apesar de ter recebido uma educação excepcional, pouca influência

exerceu na escolha dos tutores para os filhos, ficando esse papel circunscrito às mãos do rei. Todas estas características permitem-nos dizer que Isabel de York não era a figura totalmente desinteressada que observamos nos seus retratos. À primeira vista pode simplesmente parecer uma rainha secundária, mas, na realidade, teve uma função importante na vida do reino e do seu marido. Infelizmente, a sua devoção às obrigações de uma consorte (especialmente na geração de herdeiros para o trono) cobrou o preço ao seu corpo.

Em 17 anos de casamento, Isabel deu ao marido seis filhos (isso sem contar os rebentos que não foram registados, ou seja, os nados-mortos). Antes da sua morte, teve a felicidade de presenciar os esponsais do seu rimogénito, Arthur, com a filha do casal de reis mais popular daqueles tempos, Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão, em 1501. Ao que parece, as relações entre Catarina de Aragão e a sua sogra eram bastante amistosas. Aquando do óbito do príncipe herdeiro, por exemplo, consta que a própria Isabel pagou com as suas rendas a viagem da jovem viúva para a corte, em 1502. Entretanto, com o falecimento de Arthur, restava apenas um sucessor ao trono, o futuro Henrique VIII, de modo que era necessário garantir a continuidade da dinastia através de um novo varão*. Segundo relatos desse período, após a terrível notícia da perda do filho ela terá ido à câmara do rei consolá-lo com a promessa de que ainda eram jovens e, portanto, capazes de serem novamente pais¹⁹. Infelizmente, essa sugestão viria a ser fatal para a soberana.

No outono de 1502 Isabel estava novamente grávida, tendo dado à luz uma filha a 2 de fevereiro do ano seguinte, a qual recebeu o nome de Catarina, em homenagem à princesa viúva de Gales. Mas, para desespero do casal de monarcas, a menina era de complexão frágil e morreu poucos dias após o nascimento. Com efeito, não só a princesinha sucumbiu à enfermidade como também a sua

* Isabel de York e Henrique VII ainda tiveram um filho homem antes do falecimento de Arthur, Edmundo, mas que sobreveio apenas duas semanas após o seu nascimento, no verão de 1500.

própria mãe, acometida de uma forte febre puerperal, vindo a falecer no exato dia do seu 37.º aniversário. De acordo com as palavras de Polidoro Virgílio, «a própria rainha morreu no parto. Era uma mulher de tamanho caráter que seria difícil julgar se demonstrou mais majestade e dignidade em vida do que sabedoria e moderação...»²⁰. Ao saber da notícia do falecimento da esposa, o rei partiu para um local isolado e recusou-se a receber qualquer visita que o incomodasse. Henrique VII, que durante toda a vida foi um rei avarento, não olhou a despesas para o funeral da sua muito amada esposa, desembolsando para tanto a incrível soma de 2800 libras. A rainha foi sepultada com todas as honrarias e formalidades, conformes com a sua posição. A capela erigida na abadia de Westminster para a deposição do seu corpo ainda estava incompleta quando, seis anos mais tarde, foi também ocupada por Henrique VII.

Muitos dos críticos do rei argumentavam que o relacionamento deste com a sua esposa carecia de carinho. Entretanto, julgando pelas frequentes gravidezes e pelo dispendioso funeral, é provável que tal hipótese seja infundada. Não obstante, apesar de Henrique ter cogitado a possibilidade de contrair segundas núpcias (com Joana I de Castela, por exemplo), nunca voltou a casar. Ao que tudo indica, era um homem com bastante autocontrolo e é quase certo que nunca foi atrás de outras mulheres enquanto estava casado. Após a morte de Isabel de York, um comentarista disse a seu respeito que ela fora «uma das princesas mais graciosas e amadas do mundo»²¹, afirmação que, por sua vez, é corroborada pelo embaixador veneziano, que a descreveu como «uma mulher muito bonita e de boa conduta»²². Palavras mais do que adequadas para qualificar aquela soberana, mãe de Arthur, Margarida, Henrique e Maria, e de cujo sangue descendem todos os reis e rainhas de Inglaterra que viriam depois dela, inclusivamente a atual Isabel II*. Isabel de York encarnava, assim, o modelo de virtude e retidão esperados numa rainha consorte, aportando maior respeitabilidade para o governo do seu

* A linhagem teve continuidade através de Margarida, avó de Mary Stuart, rainha da Escócia.

marido. Uma situação totalmente diversa pode ser representada na pessoa de Margarida de Valois, mulher que recusou o papel de esposa submissa e que viveu a vida da forma como quis, independentemente do que achavam a sua família e o marido.

O EXEMPLO DE TRANSGRESSÃO:

MARGARIDA DE VALOIS, A FAMOSA «RAINHA MARGOT»

O modelo de retidão feminina foi adotado por muitas rainhas consortes ao longo do século XVI, não só no caso de Isabel de York, citado anteriormente, como também no de Isabel de Portugal, esposa de Carlos V da Alemanha e I de Espanha, mãe do rei Felipe II, ou no de Catarina de Médici*, esposa de Henrique II de França. Enquanto casada, Catarina suportou com bastante dignidade as infidelidades do marido e as pressões do reino, mas o seu exemplo não seria seguido pela sua filha, Margarida de Valois. Por ter desobedecido a essa regra, aquela que ficaria posteriormente conhecida como «rainha Margot» deixou escorrer pelas mãos um destino glorioso, graças a um comportamento considerado promíscuo. O drama desta princesa, que foi neta, filha, irmã e esposa de reis, já foi contado de muitas formas ao longo dos séculos. Através de obras como *La Reine Margot*, romance escrito em 1845 por Alexandre Dumas, e do filme homónimo lançado em 1994, Margarida tornou-se numa das mulheres mais afamadas da história, famosa pelos vários escândalos sexuais que protagonizou em vida, no meio de um cenário de conspirações e intrigas na corte mais requintada da Europa.

Nascida em 14 de maio de 1553, Margarida de Valois foi a sétima filha de Catarina de Médici com Henrique II. Naquele período, os monarcas eram já pais de seis infantes, quatro príncipes e duas princesas (embora um deles, Luís, tivesse morrido antes de completar o primeiro aniversário, em 1549). À partida, o destino daquela

* Mais informações sobre Catarina de Médici podem ser encontradas no capítulo 6, «A dama de ferro de França».

criança era idêntico ao de Isabel de York e de tantas outras princesas europeias: ser usada no mercado matrimonial europeu para selar alianças políticas vantajosas ao reino de França, assim como aconteceria com as suas irmãs mais velhas, Elisabete e Cláudia. Sob esta perspectiva, a infância desta princesa não foi tão tranquila quanto a de outras raparigas de posição social inferior. Tendo perdido o pai muito cedo, em 1559, Margarida permaneceu sob a tutela da mãe dominadora. Nas suas *Memórias*²³, diz que quando estava diante de Catarina, «não apenas não ousava falar como bastava um só olhar dela para me fazer estremecer com medo de ter feito alguma coisa que não lhe houvesse agradado»²⁴. A rainha encarnava aos olhos dos filhos a fusão do domínio matriarcal com a autoridade monárquica, sendo para eles um modelo de gestão da máquina governamental e artífice da política interestatal. Se a perspectiva de uma reprimenda por parte da soberana era suficiente para fazer a sua filha tremer, por outro lado, um sinal de aprovação bastava para deixá-la feliz²⁵.

Sendo assim, Catarina de Médici foi a figura dominante na infância de Margarida de Valois. A reverência com que a princesa tratava a rainha-mãe era acompanhada por uma pitada de ressentimento, uma vez que Catarina não fazia questão de esconder a sua preferência por Henrique, que após a morte do irmão, Carlos IX, se tornaria no rei Henrique III. Com o tempo esse ressentimento transformou-se em rancor, devido às suas bodas sangrentas com Henrique de Navarra. Margarida sentiu-se usada como um isco no quadro de uma emboscada para assassinar os líderes huguenotes, correndo sério risco de vida. Depois da fatídica noite de S. Bartolomeu, ela jamais perdoaria a mãe. Nas suas *Memórias*, faz um relato daquele evento:

Quando eu dormia profundamente, um homem bateu na porta com as mãos e com os pés, gritando: «Navarra! Navarra!». A minha aia, pensando tratar-se do meu marido, foi abrir a porta a correr. Era um gentil-homem... ferido a sabre no cotovelo e por uma alabarda no braço.

Seguiam-no quatro arqueiros, que entraram atrás dele no quarto. Procurando esconder-se, ele saltou para a minha cama. Eu, sentindo aquele homem cair sobre mim, escondi-me entre a cama e a parede e ele seguiu-me, sempre agarrado a mim... Ambos gritávamos, cada um mais apavorado do que o outro. Enfim, graças a Deus, apareceu o capitão de guarda, *Monsieur* de Nançay, que, vendo-me naquele estado, apesar da compaixão, não pôde conter o riso. Irritou-se muito com os arqueiros pela indiscrição, mandou-os embora e concedeu-me a vida daquele pobre homem que continuava agarrado a mim. Mandou-o deitar-se e fez com que o tratassem no meu gabinete, onde o manteve até estar completamente recuperado. Enquanto eu trocava a camisola, toda manchada de sangue, *Monsieur* de Nançay contou-me o que estava a acontecer e garantiu-me que o meu marido estava no quarto do rei e que não lhe fariam mal. Depois, cobriu-me com um manto e acompanhou-me ao quarto da minha irmã, a duquesa de Lorena, aonde cheguei mais morta do que viva. Ao entrar na antecâmara, que estava com as portas escancaradas, vi um gentil-homem de nome Bourse, perseguido pelos arqueiros, cair atravessado por uma alabarda, a três passos de mim. Caí semidesfalecida nos braços de *Monsieur* de Nançay e pensei que a alabarda nos tinha trespassado a ambos. Quando me recompus um pouco, entrei no quatinho onde dormia a minha irmã. Enquanto ali estava, *Monsieur* de Miossens, primeiro gentil-homem do rei meu marido, e Armagnac, o seu primeiro camareiro, vieram rogar-me que salvasse as suas vidas. Atirei-me aos pés do rei e da rainha minha mãe para pedir essa graça, que, por fim, me foi concedida²⁶.

A passagem citada acima constitui o único relato de um membro da família real acerca dos eventos sangrentos ocorridos em França, entre 23 e 24 de agosto de 1572. Porém, Margarida não faz qualquer referência ao facto de que o seu marido foi forçado a uma conversão ao catolicismo e de que, apesar de ter conseguido salvar três vidas, milhares de huguenotes foram massacrados e os seus cadáveres atirados ao rio Sena. Essa experiência marcou profundamente a vida de

Margarida de Valois, deixando nela uma impressão muito negativa da sua mãe e do irmão, o rei Carlos IX. Em todo o caso, esse novo casamento, coroado pelo banho de sangue provocado pelo massacre de S. Bartolomeu, deixou Margarida numa situação muito complicada. Anos mais tarde, diria que «era suspeita face aos huguenotes por ser católica, e aos católicos por ter casado com o rei de Navarra»²⁷. Alguns dias depois da fatídica noite, teve de confrontar a sua mãe, que queria anular o casamento da filha com base na não consumação carnal da união. Contudo, a princesa estava disposta a permanecer casada e a proteger o marido, que era mantido prisioneiro no Louvre, pois «se queriam separar-me dele, era para lhe desferir algum golpe sujo».

Com efeito, essa cena marcou o início da rebeldia de Margarida de Valois contra a autoridade materna e, simultaneamente, criou um vínculo de simpatia e de solidariedade com o seu esposo. Por outro lado, enquanto Henrique planeava a reconquista da sua liberdade, trabalhava em prol da reorganização do movimento huguenote e lutava pela autonomia do seu reino, Margarida permanecia praticamente alheia aos esforços do cônjuge. Para a professora Benedetta Craveri, «o que, de tempos a tempos, determinava a sua conduta e as suas escolhas eram as imperiosas e mutáveis razões do seu eu: o orgulho, a indignação, o rancor, a vontade de desforra, o desejo amoroso. Dando-se ao luxo de viver em função do presente, Margarida não percebia, no entanto, que, assim, comprometia gravemente o seu futuro, como nunca percebeu até que ponto eram sempre os outros — a mãe, os irmãos, o marido — que continuavam a decidir a sua vida²⁸.»

Depois da grande provaçãõ pela qual passou, Margarida de Valois pretendia viver da forma como lhe aprouvesse, não tendo em conta que com isso estava a destruir a sua própria imagem como rainha. Porém, ainda continuava a ser usada pela sua família como um instrumento político, ora a favor do marido ora em prol da mãe.

Como válvula de escape para aqueles tempos «miseráveis», ela entregou-se aos prazeres da vida, cultivando um gosto pelas coisas

belas e que aguçassem o seu intelecto. Os seus adoradores eram, geralmente, rapazes bonitos e elegantes, como o conde de La Mole, que, na iminência da morte de Carlos IX, se envolveu numa conspiração arquitetada, para desautorizar a rainha-mãe e colocar no trono o duque de Alençon, filho mais novo de Catarina de Médici. O plano contava com o apoio da própria Margarida, que, desde a fatídica «Noite de S. Bartolomeu», passara a nutrir um especial rancor pela mãe. A conjura falhou e La Mole foi preso e torturado para revelar o nome dos seus cúmplices. Apesar de o conde não ter mencionado a rainha de Navarra, todos sabiam que ela estava, de alguma forma, envolvida na conspiração. O seu amante foi condenado à decapitação na praça pública. Dizem que, a caminho do patíbulo, ele confiou à multidão de espetadores uma última mensagem para a sua amada, Margarida. Porém, ela faz apenas uma breve referência na suas *Memórias* a La Mole e ao seu trágico fim.

Outro homem que estaria ligado à vida de Margarida de Valois seria Bussy d'Amboise, embora ela negasse veementemente, anos depois, os rumores de uma possível ligação amorosa entre eles. Mesmo assim, o entusiasmo com que a rainha de Navarra falava de Bussy nas suas *Memórias* dá-nos uma pista sobre o tipo de sentimento que nutria por ele. D'Amboise encarnava, aos olhos de Margarida, o perfeito gentil-homem: «Homem de armas intrépido, cultivava as letras, exprimia-se com eloquência, versejava com graça, era elegante, refinado, espirituoso.»²⁹. Para admiração de Margarida, o seu eleito chegou até a trocar de lado e passou a apoiar o duque de Alençon, apesar de gozar dos favores de Henrique III. Mas faltavam a Bussy duas qualidades essenciais: discrição e prudência, algo que partilhava com a sua amada. Ele não perdia uma oportunidade de insinuar que era amante de Margarida de Valois, que, não o desmentiu e o cobriu de presentes e joias, contribuindo assim para a crença popular de uma ligação amorosa. Entretanto, esse comportamento imprudente e indiscreto por parte de ambos acabaria por se revelar fatal.

Depois de ter perdido o apoio de Bussy d'Amboise, Henrique III passou a vingar-se na pessoa da sua irmã, recriminando-a pela conduta escandalosa, indigna de uma princesa de sangue real. Ao mesmo tempo, o rei instava Henrique de Navarra a pôr um ponto final nesse comportamento da esposa. Essas reclamações tiveram o efeito oposto em Margarida, que não fez questão de manter qualquer sigilo sobre seu partidarismo ao irmão mais novo, o duque de Alençon, em detrimento dos interesses do rei e do seu marido. Bussy, por sua vez, continuava a frequentar a corte «com um ar alegre e fanfarrão», apesar de quase ter sido vítima de uma tentativa de assassinato. Catarina de Médici, temendo um novo conflito entre os seus dois filhos, exortou D'Amboise a afastar-se por algum tempo da capital. Nisso, a rainha-mãe contou com a ajuda da sua filha, que temia pela vida do favorito. O relacionamento entre os dois prolongou-se de forma clandestina por mais algum tempo e é possível que Margarida tenha gerado um filho ilegítimo dele. Porém, a vida de Bussy acabou de forma trágica: foi atraído a uma embosca, organizada pelo marido de uma das suas amantes. Ao chegar no local de encontro foi cercado por 15 homens armados, lutou até onde conseguiu, mas foi vencido pela superioridade numérica.

Rainha católica num país protestante, Margarida foi considerada um dos grandes espíritos daquela época. A sua conduta liberal tornou-se motejo: *vivre à la franche Margueritte* (viver à maneira livre de Margarida)³⁰. Ela amava os prazeres da vida e não fazia questão de esconder isso de quem quer que fosse. Em tese, a fidelidade conjugal só era exigida para as mulheres, mas a nova rainha de Navarra decidiu ignorar isso e dar vazão aos seus sentimentos. As suas aventuras amorosas só eram superadas pelas do próprio marido. A princípio, Henrique nada podia fazer quanto à conduta da esposa, pois era mantido encarcerado pela família dela. Mas quando esse período de cativo terminou, em 1576, fez questão de ostentar a sua infidelidade, desfrutando os favores de Charlotte de Sauves, dama do séquito de Catarina de Médici. É provável que estes casos

extraconjugais de ambas as partes não fossem praticados com a intenção de provocar escândalo, mas num mundo em que os olhos e ouvidos dos cortesãos estavam atentos ao mínimo deslize cometido pelos membros da família real, seria quase impossível esconder relações de adultério, por mais cautelosos que se fosse. Para Margarida essa situação era ainda mais preocupante, pois uma rainha adúltera era condenada à morte.

Entretanto, a rainha de Navarra considerava-se acima de tais penalidades devido ao orgulho que tinha na sua linhagem. Se não era uma mulher bonita, pelo menos seria atraente. Como o marido estava sob ameaça da coroa francesa, qualquer ação tomada por ele para castigar Margarida poderia gerar consequências graves para si e para o seu reino. As relações entre os dois já estavam tensas por ocasião da fuga de Henrique da corte francesa, em 1576. Havia algum tempo que ele e a sua mulher já não mantinham relações conjugais e ele passou a encará-la como uma espécie de estorvo. Mas a utilidade de Margarida de Valois como moeda de troca ainda não havia chegado ao fim. Henrique III, que partilhava com a irmã muitas coisas, como a inteligência, arrancou-lhe a promessa de que continuaria a servir os interesses da coroa francesa e de que iria esforçar-se para «induzir o rei [seu] marido a respeitá-los». Sendo assim, Margarida recebeu autorização para se juntar ao cônjuge, com o intuito de reconquistá-lo. Seria ela capaz de tal empreitada? Estaria a agir em benefício de França ou de si própria? O facto é que a rainha estava a entrar num jogo bastante arriscado, para o qual teria de demonstrar muita astúcia, se não quisesse acabar como vítima de mais uma trama arquitetada pela sua própria família.

Conforme percebemos até aqui, os amantes de Margarida de Valois possuíam uma tendência para um final trágico. Ainda se envolveu com Jacques Harley, senhor de Champvallou, que também estava ao serviço do duque de Alençon. Delicado, discreto e condescendente, Harley estava disposto a submeter-se às vontades da sua amada. As cartas trocadas entre os dois fornecem um testemunho

do estado de espírito de Margarida durante aquele relacionamento: «O amor nada mais é do que o desejo da beleza»³¹, escrevia ela na tentativa de educar o seu amante no espírito da filosofia neoplatônica. «Tanto é verdade que o amante se transforma no amado, que já não posso possuir-me sem ser através de vós. Não vivo mais do que em vós, e somente vós governais a minha alma.»³² Porém, esse clima de romance seria abandonado pelo seu dever para com o marido. Margarida de Valois precisava de reconquistar Henrique de Navarra e trazê-lo para o lado da coroa francesa. Mas essa tarefa não seria fácil. De acordo com o relato de uma das aias do séquito de Catarina de Médici, que acompanhava a filha da sua ama na viagem rumo a Navarra, Margarida estava bastante empenhada nos planos de reconquista do marido:

Há três dias que [Margarida] está trancada no seu quarto, sozinha com três aias, uma armada com uma navalha, a outra com cremes, a terceira com fogo. Está sempre imersa na água, branca como um lírio, toda perfumada, esfregando-se e tornando a esfregar-se, envolta numa nuvem de incenso como uma fascinante feiticeira na fumarada dos seus alambiques e, a crer no que diz aos seus íntimos, sustenta que faz tudo isso para agradar a si mesma³³.

Aparentemente, os esforços de Margarida de Valois deram resultado, pois o marido reservou-lhe um bom acolhimento e, inclusive, partilhou o leito com a esposa desde a noite da chegada. Esse período de pacificação conjugal, por sua vez, seria descrito pela rainha como o mais feliz da sua vida. A partir de então, dedicou-se ao embelezamento da corte e à modernização de certos palácios reais.

Como filha de uma Médici, e pertencente à casa dos Valois, Margarida nutria um grande entusiasmo pela arte e passou a patrocinar vários artistas, poetas, eruditos e músicos. Nesse cenário de elegância e harmonia, as diferenças entre ela e o marido foram quase esquecidas. O escritor huguenote Agrippa d'Aubigné chegou a dizer

que «a corte de Navarra era tão florescente que não se considerava de modo algum inferior à outra, em todo tipo de vantagens naturais e adquiridas»³⁴. Porém, o castelo de sonhos de Margarida teria curta duração, pois, em 1582, eclodiu um novo conflito entre católicos e protestantes. Henrique III e Catarina de Médici instaram Margarida a voltar para Paris, na esperança de que trouxesse o marido consigo. Como isso não aconteceu, a rainha de Navarra ficou, uma vez mais, à deriva em França, onde constituía um embaraço para o irmão e a mãe. Utilizando como pretexto a relação dela com Campavillon e o suposto nascimento de um filho bastardo, Henrique III conseguiu mandar embora Margarida da corte. O seu marido, por sua vez, recebeu-a de volta «em troca da partida das guarnições francesas de três cidades huguenotes de notável valor estratégico»³⁵. Porém, dessa vez, o acolhimento que a rainha receberia seria bastante diferente da primeira: não só foi ignorada pelo rei, que estava acompanhado pela sua amante, a bela Diane d'Andois, como também foi proibida de partilhar o leito real.

Assim, parecia evidente que Henrique de Navarra pretendia divorciar-se da esposa e o facto de que, em 1584, o principal aliado de Margarida, o duque de Alençon, faleceu só fez piorar as coisas para ela. O passo seguinte seria o derradeiro erro político da sua vida: em vez de desempenhar um papel de mediação entre o irmão e o marido na oitava guerra religiosa, Margarida de Valois passou para o lado do inimigo de ambos: a Espanha. Num ato de rebeldia, a rainha «abandonou» o teto conjugal em 19 de março de 1575 e refugiou-se em Argen. Um ano depois, após ter viajado de uma cidade para outra, rendeu-se finalmente aos seus perseguidores, contratados pelo irmão e pela mãe, e foi encarcerada no castelo de Usson. Ali, Margarida passaria os 20 anos seguintes da sua vida, a princípio como prisioneira e, depois, como castelã, e assistiria à distância ao fim da sua dinastia, «com o massacre dos Guise, a morte de Catarina e o assassinato de Henrique III»³⁶. Foi em Usson que decidiu escrever as suas *Memórias*, «consumando assim um gesto duplamente

inédito: foi a primeira mulher a ter a audácia de contar a própria vida e, ao mesmo tempo, abriu caminho para a autobiografia moderna»³⁷.

A autobiografia de Margarida de Valois, escrita em 1594, fonte indispensável para se compreender o cenário político e religioso de França naquele período, serviu de resposta ao *Discurso sobre a rainha de França e de Navarra*, da autoria do historiógrafo Brantôme, que celebrava os anos da juventude de Margarida, embora com alguns erros que ela mais tarde corrigiu na sua própria versão dos factos. Seria uma digna saída de cena para ela, mas o destino ainda lhe reservava mais alguns problemas. Tendo subido ao trono de França em 1593, Henrique de Navarra (agora Henrique IV) desejava a anulação do casamento. A conduta escandalosa da esposa, aliada ao facto de não ter gerado um herdeiro varão para a coroa, tornavam-na indesejável como consorte de um rei. Apesar disso, Margarida soube conduzir essa situação de forma brilhante. Em troca do divórcio, recebeu a reintegração das suas antigas posses e o direito de deixar Usson mantendo o título de rainha. Em 1605 regressou finalmente a Paris, onde se reencontrou com o ex-marido e foi recebida com honras por ele e pela nova esposa, Maria de Médici. Já com mais de 50 anos, e corpulenta, a última dos Valois manteve um comportamento verdadeiramente régio e deu à França um último vislumbre do fulgor da recém-deposta dinastia.

No final, Margarida de Valois e Henrique IV mantiveram uma ótima relação de amizade. Hospedada no Hôtel de Sens, em Paris, reuniu à sua volta, uma vez mais, um seleto grupo de artistas, «transmitindo à nascente civilização mundana um exemplo do mecenato renascentista»³⁸. Em 1614 escreveu o seu *Discurso douto e subtil*, onde discutia a situação da mulher na sociedade, afirmando que os homens não prestavam honras às mulheres por «enfermidade ou fraqueza», pois estas só geravam «desprezo e piedade», mas sim à «excelência» do carácter feminino³⁹. Dessa forma, Margarida transformava num escudo o seu *statu* de esposa repudiada e, simultaneamente, consolidava a posição do novo soberano. Morreu a 27 de março

de 1615 e, se não fosse pela lei sálica, teria sido a legítima rainha monarca de França. Séculos mais tarde, a chamada era romântica iria prestar homenagem àquela mulher. Graças à pena de escritores como Alexandre Dumas, Margarida de Valois passou a ser conhecida como «a rainha Margot», denominação pela qual era tratada apenas pelo seu irmão, Carlos IX. Assim, tornou-se numa personagem que migrou do campo da História para o da Literatura, um universo onde seria eternamente admirada por súbditos fiéis que nunca se cansam de lhe render entusiasmada homenagem e admiração.

UMA VIAGEM PELOS PERIGOS E PAIXÕES
DAS MULHERES QUE DOMINARAM A EUROPA,
DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XIX



Uma rainha deveria ser recatada, inspirar respeito e ser modelo de virtude para todas as mulheres do reino. Enquanto princesa, recebia uma educação que a preparasse para servir ao marido e ao Estado. Uma vez esposa do monarca reinante, a sua principal obrigação era prover a coroa de herdeiros varões. Contudo, algumas soberanas decidiram romper com o padrão de retidão feminina que lhes fora imposto, adotando uma nova conduta social, o que implicou uma reavaliação de papéis dentro da própria instituição.

Em *Rainhas Trágicas*, o historiador Renato Drummond Neto traz ao leitor a vida de 15 soberanas que deixaram a sua marca na História, tais como Ana Bolena, Mary Stuart, Maria Antonieta, Maria I de Portugal ou Carlota Joaquina, e mostra de que forma transcenderam as regras do período em que viveram, pagando, por vezes, um preço demasiado alto.

São diferentes perfis de mulher que, apesar de parecerem distintos, se complementam, mostrando, assim, a força e o poder feminino no regime monárquico.

v o g a i s

com todas as letras

20|20 editora

ISBN 978-989-8843-38-8



9 789898 843388

História